

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.169 - SP
(2018/0214936-8)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : VIACAO PASSAREDO LTDA
ADVOGADO : MARCELO AZEVEDO KAIRALLA E OUTRO(S) - SP143415
EMBARGADO : MARIA LETICIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ROBSON COUTO - SP303254

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA DETERMINAR A EXCLUSÃO DA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS, PORQUANTO FIXADOS EM SEU LIMITE MÁXIMO LEGAL NA ORIGEM. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração interposto por VIACÃO PASSAREDO LTDA contra decisão que não conheceu do recurso especial interposto pela própria embargante.

Nas razões dos embargos de declaração, a parte sustenta que a decisão embargada é obscura e contraditória ao majorar os honorários recursais para 12% do valor da causa, haja vista que o acórdão do Tribunal de origem havia fixado em 20% do valor da condenação.

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada, devidamente intimada dos aclaratórios, apresentou contrarrazões pleiteando a fixação dos honorários em 20% sobre o valor da causa.

É o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de

Superior Tribunal de Justiça

declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese, pois todas as questões aduzidas em sede de especial foram devidamente analisadas.

Contudo, razão assiste à parte quanto à impossibilidade de majoração da verba honorária, tendo em vista que o patamar fixado na origem encontra-se em seu limite máximo legal.

O que encontra baliza no art. 85, §11, do CPC/2015, *in verbis*: §11. *O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento.*

Faz-se, portanto, necessária a exclusão da majoração honorários recursais anteriormente fixados, e onde se lê:

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Considerando o disposto no § 11 do art. 85 do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios, originalmente fixados em 10% (e-STJ, fl. 161), para 12% do valor da causa.

Leia-se:

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários recursais previstos no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 tendo em vista que o patamar fixado na origem encontra-se em seu limite máximo legal, consoante e-STJ fl. 204.

Por fim, o pedido da parte embargada quanto à incidência dos honorários sobre o valor da causa não merece prosperar, porquanto não se insurgiu no momento oportuno contra o acórdão que fixou a verba honorária sobre o valor da condenação, razão pela qual o debate acerca da questão está precluso.

Ante todo exposto, em juízo de retratação, acolho os embargos de

Superior Tribunal de Justiça

**declaração para determinar a exclusão da verba recursal fixada na
decisão de fls. 352/356**

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

